



ATA N.º 256/2019

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2019

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, reuniu em sessão ordinária, previamente convocada, a Assembleia Municipal de Oliveira de Frades, no salão nobre dos Paços do Município, sob a presidência de Sónia Filipa de Araújo Nogueira, em substituição do Presidente da Mesa, Luís Manuel Martins Vasconcelos, de acordo com o n.º 2, do artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira de Frades, tendo como primeira secretária, Teresa Margarida de Sousa Fernandes, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**
- A. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----**
- B. CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES. -----**
- C. PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----**
- 2. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL. -----**
- 3. INFORMAÇÃO N.º 80/2019 UFPUA: CORREÇÃO MATERIAL DA 2.ª ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL - ATUALIZAÇÃO DA CARTA DE PERIGOSIDADE - CONHECIMENTO. -----**
- 4. PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO / OPÇÃO DE NÃO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS. -----**
- 5. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA: -----**
 - SAÚDE, NOS TERMOS PROPOSTOS NO DECRETO-LEI N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO, NOS TERMOS DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----**
 - EDUCAÇÃO, NOS TERMOS PROPOSTOS NO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, NOS TERMOS DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----**
- 6. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----**

Substituído o Presidente da Mesa e a Primeira Secretária nos termos do Regimento, conforme supramencionado, foi chamado para Segundo Secretário o Membro da Assembleia António Bernardino Tavares Lopes Nunes. -----

Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Pela Lista “Nós Cidadãos”: Mário do Carmo Pereira, Germano Jorge Martins Rodrigues, Ana Sofia Tavares Rodrigues Ramos, Flávio dos Santos Costa, Ivo Alves Farreca, Carla Sofia Duarte Viegas e Carlos Manuel Moitas Azevedo Maia. -----

Pela Lista “Por Oliveira de Frades – Coligação PPD-PSD/CDS-PP”: Serafim de Oliveira Soares, Arménio Silva Florindo e Jorge Manuel Mamede Soares; -----

Pela Lista “PS - Partido Socialista”: João Carlos Tavares Ferreira de Carreto Lages. -----

Os Presidentes de Junta de Freguesia de: Arcozelo das Maias – António Manuel Lopes Tavares; Pinheiro – Carlos Manuel da Silva Rosa; Ribeiradio – Hélder Miguel da Silva Costa; São João da Serra – Luís Manuel Rodrigues Dias; São Vicente de Lafões – Nuno Joaquim de Almeida Pinhão; União das Freguesias de Arca e Varzielas – Jorge Marques da Silva Bandeira; União de Freguesias de Destriz e Reigoso – Carlos



AM 28-06-2019

Manuel Ferreira de Lima e União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães – José Manuel Valente Cerveira. -----

Conforme referido anteriormente registou-se a ausência, a toda a sessão, do Presidente da Assembleia, Luís Manuel Martins Vasconcelos, que apresentou justificação escrita à falta, tendo a mesma sido aceite. -----

Também se registou a presença do Presidente da Câmara, Paulo Robalo, e dos Vereadores Carlos Pereira e Clara Vieira. -----

Havendo quórum, com a presença de 22 (vinte e dois) Membros da Assembleia, a Presidente da Mesa deu início à sessão, eram nove horas e quinze minutos. -----

1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

A **Presidente da Mesa** disse haver uma proposta do Executivo de **ALTERAÇÃO DA ORDEM DO DIA**, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de modo a permitir a apreciação dos seguintes assuntos, a acrescentar à Ordem do Dia: -----

- Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo de Oliveira de Frades; -----

- Projeto de Regulamento da Incubadora de Empresas de Oliveira de Frades. -----

Assim, colocou à consideração a proposta de inclusão destes dois pontos, tendo-se inscrito para intervir: -----

O **Membro da Assembleia Jorge Soares** que usou da palavra para apresentar a seguinte declaração de voto: -----

“O PSD entende que os pontos propostos para a inclusão na ordem de trabalhos merecem o maior respeito, assim como, esta Assembleia, para serem discutidos sem o mínimo conhecimento e documentação para análise. Julgamos serem temas que exigem uma reflexão profunda quanto à metodologia a adotar. -----

Será difícil tomar uma decisão sobre o Orçamento Participativo sem ter o conhecimento do Regulamento que deve contemplar prazos, temas, quem se pode candidatar, quem avalia as propostas, qual a cabimentação. -----

Sobre a Incubadora, a mesma situação, saber se os empresários foram contactados, se falaram com a Associação Empresarial, se o espaço previsto para esta é atrativo. -----

Por isso, é entendimento da bancada do PSD que estes temas devem vir para uma próxima Assembleia e após o Executivo fornecer estes documentos atempadamente”. ---

O **Presidente da Câmara** mencionou que a intenção de incluir estes pontos foi a de agilizar estes processos. Considerou que os argumentos do PSD não eram despropositados, apesar dos projetos terem estado em consulta pública. Assim, disse: *“não vejo sentido para além desse, que não se inclua os pontos na agenda”*.

A **Presidente da Mesa** colocou a votação a inclusão do ponto: -----

- Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo de Oliveira de Frades, não tendo sido aprovada a sua inclusão, com 11 (onze) votos contra dos Membros da Assembleia: Serafim Soares, Sónia Nogueira, Arménio Florindo, António Bernardino Nunes, Teresa Fernandes e Jorge Soares e dos Presidentes de Junta de Freguesia de Arcozelo das Maias, António Manuel Tavares, Pinheiro, Carlos Rosa, Ribeiradio, Hélder Costa, São João da Serra, Luís Dias e União de Freguesias de Destriz e Reigoso, Carlos Lima, 10 (dez) a favor e 1 (uma) abstenção do Presidente de Junta da União de Freguesias de Arca e Varzielas, Jorge Bandeira. -----

A **Presidente da Mesa** colocou a votação a inclusão do ponto: -----



- Projeto de Regulamento da Incubadora de Empresas de Oliveira de Frades, não tendo sido aprovada a sua inclusão, com 11 (onze) votos contra dos Membros da Assembleia: Serafim Soares, Sónia Nogueira, Arménio Florindo, António Bernardino Nunes, Teresa Fernandes e Jorge Soares e dos Presidentes de Junta de Freguesia de Arcozelo das Maias, António Manuel Tavares, Pinheiro, Carlos Rosa, Ribeiradio, Hélder Costa, São João da Serra, Luís Dias e União de Freguesias de Destriz e Reigoso, Carlos Lima, 10 (dez) a favor e 1 (uma) abstenção do Presidente de Junta da União de Freguesias de Arca e Varzielas, Jorge Bandeira.-----

A. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

A **Presidente da Mesa** colocou à discussão a **Ata n.º 255/2019 de 26.04.2019**, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 21 (vinte e um) votos a favor e 1 (uma) abstenção do Membro da Assembleia António Bernardino Nunes. -----

B. CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES. -----

A **Presidente da Mesa** informou de toda a correspondência recebida entre 26 de abril de 2019 e 27 de junho de 2019, designadamente: -----

Remetente	Assunto
António Bernardino Nunes	Justificação da falta à sessão e pedido de substituição
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Pareceres da ANAM
CIMVDL	Rede Regional de Empreendedorismo Viseu Dão Lafões
Grupo Parlamentar "Os Verdes"	Agendamento Projeto Resolução que recomenda a urgente requalificação do IP3, entre Coimbra e Viseu e a sua manutenção sem portagens
Pedro Manuel Silva	Envio de Abaixo-assinado a solicitar a suspensão do abate de árvores no largo Da Feira em Oliveira de Frades
Voz das Misericórdias	Edição de abril de 2019
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	3.º Aniversário da ANAM
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da Reunião de CM de 24.04.2019
Jornal do Centro	Convite – Celebração da Primavera 2019
ASD – Autarcas Social Democratas	Carta de apresentação
CIMVDL	Newsletter Marca Viseu Dão Lafões
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	ANAM distingue trabalhos sobre Assembleia Municipal
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Entrega de Prémios ANAM
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Entrega de Prémios ANAM (candidaturas apreciadas pelo júri)
Jornal do Centro	Envio do programa relativo ao convite – Celebração da Primavera 2019
Petição Pública	Interior necessário e sustentável
Petição Pública	Deslocalização das sedes das estruturas estatais das reuniões
CIMVDL	Envio de recomendação – Requalificação do IP3 (Moção aprovada a 29.04.2019)
Jornal "Associação"	Edição maio de 2019
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da Reunião de CM de 08.05.2019
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	ANAM realiza seminário na Assembleia da República
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Entrevista – RT3
Wiremaze	Apresentação da wireMett (programa de gestão das reuniões)



AM 28-06-2019

Sindicato dos Professores da Região Centro	Apelo da FENPROF sobre o DL 21/2019 (transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais na área da educação)
Petição Pública	Interior necessário e sustentável
Grupo Parlamentar do PCP	Requerimento a propósito da discriminação de consumidores na redução dos preços do gás de botija
Moppe	Moppe Alerta: Governo e Câmaras apostam em 2 tecnologias cancerígenas
Gabinete de Turismo – Natália Silva	II Festival de Folclore de Oliveira de Frades – Convite
Grupo Parlamentar do PCP	Divulgação da iniciativa legislativa – reversão da privatização dos CTT
Voz das Misericórdias	Edição de maio de 2019
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da Reunião de CM de 22.05.2019
Omnitur	Alojamento Congresso ANMP Barcelos
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Regimento tipo de Assembleias Municipais
CME – Conselho Municipal de Educação	Convocatória para reunião a realizar no dia 02.07.2019 – 14:30 horas
AHBVOF – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Frades	Convite para participar nas Comemorações da Festa em Honra de São Marçal
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Síntese referente à parte I do Livro Verde para a reforma da democracia municipal e valorização das Assembleias Municipais
Grupo Parlamentar do PCP	Declaração de voto relativa à primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território
Sindicato dos Professores da Região Centro	Abaixo-assinado: professores do Concelho de Oliveira de Frades dizem não à municipalização da educação (70 assinaturas)
CMS – Conselho Municipal de Segurança	Convocatória para reunião a realizar no dia 09.07.2019 – 17:00 horas
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da Reunião de CM de 12.06.2019
Luís Vasconcelos	Comunicação à Mesa da AM da sua ausência à sessão por motivos de saúde
Grupo Parlamentar "Os Verdes"	Reposição da Praia Fluvial de Sejães – Pergunta ao Governo

De seguida, a **Presidente da Mesa**, deu a palavra ao **Presidente de Junta de Freguesia de Pinheiro, Carlos Rosa**, que esteve presente na reunião da CMS – Conselho Municipal de Segurança, realizada no dia 30.04.2019.-----

Assim, de forma sucinta, fez uma breve explicação sobre os assuntos tratados nesta reunião designadamente: aprovação da ata da reunião anterior; assuntos relacionados com a sinalização, a degradação da rede viária e a sua marcação; a análise dos dados de Segurança na área do Município, no âmbito dos artigos 3.º e 4.º da Lei dos CMS, relativos ao 1.º trimestre de 2019 em que foram registados no total de 27 (vinte e sete) crimes, tendo 3 (três) ocorrido fora do Concelho. Informou do número de crimes verificados, designadamente, contra as pessoas, contra o património e contra a vida em sociedade. Mais indicou o número de crimes, de acidentes, de capturas e de incêndios, bem como, o número de processos que a CPCJ se encontrava a acompanhar. Mais deu a conhecer as informações prestadas pelo Coordenador Municipal de Proteção Civil que informou que, no âmbito da nova legislação sobre a obrigatoriedade de comunicar a realização de queimas, foram registadas na Câmara Municipal cerca de 1100 queimas desde a entrada em vigor da Lei, no dia 22.01.2019, até ao dia 31.03.2019, embora se admita que parte delas não tenham sido efetivamente realizadas; registaram-se seis incêndios (três florestais, um falso alerta e dois resultantes da realização de queimas); foram beneficiados 12 km de caminhos florestais nas várias Freguesias do Concelho, e procedeu-se à execução das faixas de gestão de combustível num total de 5 hectares.-----



C. PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----

A **Presidente da Mesa** deu por aberto o Período de Intervenções, tendo-se verificado as seguintes inscrições: -----

O **Membro da Assembleia João Lages** começou por enaltecer a composição na Mesa, constatando que é a primeira vez que a sessão é presidida por uma Senhora. -----

Manifestou o seu desacordo com a posição do PSD de não votar favoravelmente a inclusão dos dois pontos na Ordem de Trabalhos; em sua opinião, são dois projetos essenciais e ambos são de fácil e rápida leitura. Congratulou-se pelo facto de, finalmente surgir o Regulamento da Incubadora de Empresas de Oliveira de Frades. No entanto, em sua opinião, este documento "*parece fraco*", porque para além da disponibilização de um espaço físico é necessária a criação de uma equipa multidisciplinar (assessoria jurídica, marketing, administrativa e relações públicas e institucionais) que dê apoio às empresas. Assim, solicitou ao Executivo que reveja a situação e introduza esta sugestão no Regulamento. -----

No que concerne à Comissão de Acompanhamento das Obras de Reposição das Praias Fluviais de Sejães e da Carriça, disse que esta recebeu um CD com a documentação solicitada, constatando que falta o resumo de todos os trabalhos, das reuniões havidas e dos respetivos resultados. Questionou das diligências havidas, após 14.08.2018 (última data constante dos documentos fornecidos) e se não houve nenhuma reunião com a APA para desbloquear a situação da Carriça. Concluiu dizendo: "*lamento que não tenha sido fornecida a documentação*". -----

De seguida referiu-se ao concurso externo para preenchimento de oito vagas para o Gabinete de Cultura e Ensino, referindo o número de candidatos e o resultado obtido na prova de entrevista, em que "*oito tiveram nota final de dezasseis e trinta e dois tiveram a nota final de doze, para oito vagas. Eu acho que ao serviço público deste Município e de tudo o que é casa da democracia, devem estar bem definidos os mais elevados valores de lealdade, da ética, da responsabilidade cívica, da transparência e da retidão*". Mais referiu que, tomou conhecimento de que candidatos que tiveram a nota 16, ainda antes de serem afixadas as classificações finais, apresentaram cartas de demissão e deram períodos à casa. "*Parece-me que há falta de alguma transparência, neste sentido exorto o Presidente da Câmara e os deputados que investiguem o referido e informo que, ou o processo do concurso é anulado ou então o PS reserva-se ao direito de apresentar duas queixas: ao Ministério Público e à Administração Interna para averiguar, tendo por conta os princípios da transparência, rigor e lealdade*". -

O **Membro da Assembleia Jorge Soares** começou por referir que as palavras do Deputado João Lages só vieram dar razão à recusa na inclusão dos pontos. -----

De seguida, focou os seguintes assuntos: -----

- A transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, lembrando o processo em que em finais de 2018, aquando da elaboração da proposta de Orçamento para 2019, o Executivo reuniu com os Presidentes de Junta de Freguesia e informou que iria colocar em orçamento trezentos e vinte mil euros na rubrica de transferências para as Freguesias, ou seja, quarenta mil euros para cada uma. Nessa reunião



AM 28-06-2019

assumiu que esta transferência iria ser efetuada em quatro prestações de dez mil euros cada: janeiro, abril, julho e outubro. Porém verificou-se que o orçamento do Município contemplava este valor mas sem financiamento definido, pelo que os Presidentes de Junta questionaram em reunião o Presidente de Câmara, tendo este garantido que podiam contar com os quarenta mil euros para o Orçamento, assumindo que apenas não poderia efetuar a transferência em janeiro, mas que em abril com orçamento rectificativo e com a inclusão do saldo gerência a situação ficaria resolvida. Posteriormente, este disse que o assunto teria que ser aprovado em reunião de Câmara, estando agendado para discussão no mês de maio, tendo sido aprovada a transferência de cinco mil euros em junho e não dos vinte mil euros e apenas para quatro das Freguesias (transferência foi efetuada na pretérita semana). Face a esta situação e porque os Presidentes de Junta consideraram estes valores na sua planificação de tesouraria, as Juntas de Freguesia enfrentam algumas dificuldades tendo de cancelar contratos e não estão a conseguir executar atempadamente trabalhos, o que prejudica o serviço à comunidade. Acrescentou que, *“os Presidentes de Junta nunca pediram ao Executivo para que a Câmara Municipal efetuasse qualquer transferência para as Juntas de Freguesia. O Executivo é que o propôs, alegando que deste modo as Juntas de Freguesia teriam a capacidade financeira para efetuarem obras nas aldeias”*. -----

Referiu ainda a *“quase total ausência de execução de obras pelo Município nessas aldeias, ou seja, parece que o Executivo se isentou de efetuar obras nas aldeias, com o argumento da transferência de capital para as Juntas, praticamente inexistente até esta data. Dos trezentos e vinte mil euros prometidos, até este momento, foram transferidos vinte mil euros. Assim, o PSD questiona a razão destes sucessivos adiamentos e quando prevê efetuar a transferência dos valores em falta; -----*

- Relativamente à obra de *“Requalificação / Pavimentação do Largo da Feira”*, questionou se era verdade que o Executivo tinha iniciado a obra sem o empréstimo ter obtido o visto do Tribunal de Contas e como é que a obra foi cabimentada, uma vez que não necessitou de qualquer montante do empréstimo;

- No que concerne às pavimentações objeto do empréstimo, questionou do seu mapeamento; -----

- Questionou a percentagem de execução das seguintes obras comparticipadas: Construção do Parque Urbano, Zona de Fruição da Carriça; Loja do Cidadão e Jardim de Infância do Olheirão; -----

- Questionou, ainda, se existem projetos a decorrer para submeter a apoios comunitários, designadamente para execução de saneamento; -----

- O Executivo concretizou o projeto de implantação de ilhas ecológicas na sede do Concelho através de uma candidatura do anterior Executivo liderado pelo PSD. Entretanto, soube-se que a AMRPB pelo facto de candidatura inicial não contemplar depósitos para a colocação de RSU, encetou contactos com a empresa responsável de modo a conseguir a implantação de mais um módulo para o efeito (o que conseguiu e a preços vantajosos). Assim, e tendo conhecimento de que, dos 19 Municípios, apenas Oliveira de Frades não



aproveitou esta proposta (que implicaria um custo de cinquenta e cinco mil euros, para dotar as 11 ilhas ecológicas da possibilidade de receber os resíduos domésticos), questionou a justificação para esta decisão política. Considerou que, com esta decisão perdeu-se a oportunidade para reduzir os maus cheiros, a proliferação de bichos e não se contribuiu para um melhor ordenamento visual. Mais questionou a justificação das onze ilhas previstas se encontrarem todas na sede do Concelho e nenhuma nas Freguesias. -----

O Membro da Assembleia Mário Pereira fez a seguinte intervenção: -----

"Começaria por saudar a iniciativa da CIM de criar duas carreiras este verão, ainda que experimentais. Uma de S. João da Serra outra de Monteteso. O preço, de 50 cêntimos por viagem, dizem que é muito barato, mas basicamente para quem viajar todos os dias é um preço igual ao passe em Lisboa. -----

Uma saudação ao Professor José Figueiredo que foi eleito diretor do Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades. Só podemos desejar que tenha os maiores sucessos. -----

Porque acredito que é importante passarmos para uma nova geração de políticas municipais gostaria de deixar aqui algumas sugestões que possam ser aproveitadas pela Câmara Municipal para o Plano de Atividades do próximo ano. -----

Tive a oportunidade de ver o diagnóstico social do nosso Concelho, mas também o de outros e, em geral, todos me parecem já desadequados. Um dos problemas é que os diagnósticos sociais iniciais foram feitos seguindo uma modelo comum. Isso faz com que a estrutura dos diagnósticos e os problemas identificados sejam comuns. Os diagnósticos que vi todos apontavam como grandes problemas: -----

- O abandono escolar – coisa que felizmente está erradicada na nossa a Região; -----

- O desemprego – neste momento o que mais se ouve são empresas a queixarem-se que não têm mão-de-obra (isto apesar de haver pessoas que não querem ou não podem fazer os trabalhos que existem). -----

- A sensibilização das empresas para contratarem pessoas com deficiência (o que é um problema resolvido em Lafões). -----

A proposta é que seja um diagnóstico social novo de raiz, para isso até poderá ser estabelecido um protocolo com um centro de investigação universitário. -----

A experiência que vivemos mostra que não basta termos muitos técnicos a trabalhar nesta área. Neste momento, há já conjunto de técnicos, muito relevante no nosso Município, mas os problemas tendem a manter-se ou mesmo a agravar-se. Neste setor, não basta ter muitos técnicos, é preciso que eles se articulem, se não temos, apenas, serviços que encaminham as pessoas de um para outro lado. Por experiência própria sei que o nível de articulação neste setor é muito baixo e é um dos grandes problemas. Uma das medidas mais interessantes que vi, tomada pelo Município de Vila Franca de Xira, foi a criação de um espaço de trabalho comum para a equipa da social da Câmara, o CLDS, a CPCJ, a Rede Social e outros de modo a que uma pessoa não tenha que se deslocar a mais do que um sítio e seja do conhecimento de todos o que está a ser feito. -----

O isolamento dos idosos está há muito identificado como um dos problemas mais graves, que tem efeitos práticos nomeadamente no acesso a bens alimentares básicos. Na maioria das povoações do nosso Concelho já não é possível comprar sequer uma caixa de fósforos. Uma sugestão seria a Câmara contratar com comerciantes ambulantes que vendem comida, nomeadamente, fruta e mercearia, a obrigação de passarem em todos os pequenos lugares do concelho pelo menos uma vez por semana. Acredito que se a Câmara abrisse um concurso com essa finalidade não teria uma grande despesa. E



assegurar essa presença seria uma forma de quebrar o isolamento (aposto que por 1000€ por mês haveria quem o fizesse). -----

Na Floresta há que fazer alguma coisa. -----

Ouvimos falar de ações de sensibilização às populações para controlarem os eucaliptos. A oportunidade de arrancar eucaliptos invasores em número significativo já passou, hoje só um novo incêndio poderá erradicar os pequenos eucaliptos. -----

A questão é o que poderemos fazer entretanto. -----

Uma solução de fundo seria a intervenção do Estado para a reorganização geral das propriedades florestais, que tenha em conta a realidade demográfica da região, o que pode não ser pacífico. -----

Perdida a luta contra os eucaliptos invasores acredito que uma possibilidade razoável é a criação de zonas de contenção, o que obrigará a Câmara comprar ou arrendar terras, pois só vejo duas possibilidades: -----

1. A criação de parques, em que animais ruminantes, possam viver em semi-liberdade, e poderiam funcionar como atrações turísticas;-----
2. A plantação de áreas de folhosas com a extensão de alguns hectares.-----

Apesar do crescente cuidado com a limpeza das bermas que se nota isso não será suficiente para conter incêndios violentos. -----

Passando às questões da atualidade que vão fazendo o debate político local, quero deixar a nossa satisfação pela intensidade do debate suscitado pelas obras em curso no Largo da Feira. Em primeiro lugar é bom que as obras públicas sejam discutidas. Mas ainda melhor é que o possamos fazer em plena liberdade, concordando ou discordando, sem medo. Apenas desejamos que estas discussões venham a ser a norma da nossa vida. Apesar de todos os prós e contras acreditamos que a vila vai ganhar um espaço público polivalente, que entre outras coisas permitirá à Feira de Oliveira modernizar-se e tornar-se mais agradável para feirantes e compradores. -----

A Feira de Oliveira teve uma grande importância na vida das pessoas das aldeias não apenas de Oliveira e seria bom que o novo espaço a ajude a recuperar um pouco da vitalidade. -----

Sobre a associação GDOF e um apoio especial que a Câmara Municipal possa dar para os transportes, apenas desejamos que a Câmara não aproveite as fragilidades do clube para interferir no processo e que o GDOF, enquanto associação privada que é, tente resolver os seus problemas sem envolver a Câmara. -----

O GDOF merece todo o nosso reconhecimento pelo trabalho que desenvolve, mas não gosto de ler na comunicação social que é a associação mais relevante do concelho. A avaliação da relevância e da importância de cada uma das associações que existem no Concelho seria sempre uma questão muito complexa, mas comparar o GDOF com a Misericórdia seria um exercício descabido. -----

Felizmente, o concelho tem uma vida associativa intensa, nomeadamente em aldeias em que os recursos humanos e financeiros são escassos, e em todas as áreas há entidades com trabalho meritório e reconhecido. -----

O que nos compete, enquanto Assembleia Municipal, é exigir ao Executivo que valorize e acarinhe o trabalho de todas as associações privadas, que são um elemento central na coesão da nossa comunidade e trate todas com equidade". -----

De seguida, no que concerne à votação do PSD sobre o Acordo relativo à implementação de um projeto de promoção da eficiência energética na iluminação pública no Município de Oliveira de Frades a estabelecer entre o Município de Oliveira de Frades e a EDP Distribuição – Energia, SA (na última sessão), solicitou que este Grupo Parlamentar lhe fizesse chegar os dados técnicos



que inviabilizou a aprovação do mesmo, bem como, todos os contributos que tiveram para o Regulamento do Orçamento Participativo e de Incubadoras de Empresas.-----

No que concerne à *“Comissão de Acompanhamento das Obras, mais do que documentação, faltou reunir”*.-----

Por último, mencionou que, relativamente às questões sobre a transparência em concursos e obras, considerou que se existe algum problema de ambiguidade ou falta de clareza esta deve ser clarificada.-----

O **Presidente da Câmara** respondeu às questões apresentadas.-----

No que concerne aos procedimentos concursais disse: *“se há algo que me conforta é o processo; há um júri que acredito que fez o melhor nesta seleção; o processo de entrevistas teve a colaboração de uma técnica do Município de Nelas (...) Depreende o Executivo, para além da homologação dos resultados finais por todo o processo, que ele não incorra de nenhuma fragilidade que aqui se apresente”*. Mais disse que se algum candidato tomou decisões pessoais, terá que ser o próprio a responder pelas suas decisões. Informou que, no Município de Oliveira de Frades, apenas, existe um técnico com formação para efetuar a entrevista de avaliação de competências, tendo-se optado por solicitar a colaboração de um técnico de outra Autarquia. Acrescentou ter *“a consciência tranquila em relação a tudo o que não for transparência, depositando-a no júri, que nós próprios escolhemos, para que este concurso tenha sido o mais transparente possível”*.-----

No que se refere à proposta de inclusão dos dois Regulamentos na Ordem de Trabalhos desta sessão, foi efetuada com a intenção de dar seguimento ao processo, no entanto, com a intervenção do PSD e compreendendo os fundamentos propôs a retirada da proposta. Registou as sugestões apresentadas pelo Membro da Assembleia João Lages. Referiu o interesse destes Regulamentos, e disse que estes documentos estiveram em consulta pública, acrescentando que o PSD tem vereadores no Órgão Executivo que podem transmitir as deliberações de 27.03.2019.-----

Relativamente à transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, pediu desculpas publicamente. Informou que, o Município tem cerca de seis milhões de euros em obras comparticipadas em execução, estando a ser apenas ressarcido relativamente à obra do *“Fecho do Sistema de Abastecimento de Água”*; de todo o investimento efetuado nas restantes obras comparticipadas, ainda não houve retorno financeiro, designadamente, nas obras de *“Zona de Fruição de Sejães”*, *“Construção do Parque Urbano”* e *“Jardim de Infância do Olheirão”*, referindo que se trata de *“obras estruturantes para o Concelho, que respeitamos e estamos a dar-lhe execução”*. Referiu que seria mais confortável transferir zero.-----

No que se refere à não execução de obras nas Freguesias, aconselhou a que fosse efetuada uma visita às mesmas.-----

De seguida, informou que na obra de *“Requalificação / Pavimentação do Largo da Feira”*, os trabalhos de preparação do terreno foram efetuados por administração direta; a empreitada foi executada após o visto do Tribunal de Contas. Realçou o envolvimento dos colaboradores da Autarquia na execução



AM 28-06-2019

desta obra, que espera que venha a ser um espaço congregador, salientando a necessidade de intervenção naquele espaço, também reconhecida na primeira frase da petição pública. -----

Desejou sucesso ao Dr. José Figueiredo, eleito como diretor do AEOF e agradeceu ao Membro da Assembleia Mário Pereira as achegas para melhorar a carta social. -----

Por último, deu a palavra ao Vereador Carlos Pereira para responder às questões relacionadas com as obras em execução.-----

O **Vereador Carlos Pereira** mencionou que não há nada obscuro no processo da reposição das praias fluviais, estando sempre disposto a esclarecer qualquer dúvida. Informou que o interlocutor direto com a APA é a EDP; os dois projetos decorrem conforme planeado; o documento adicionado ao CD trata-se do único dado novo; posteriormente, apenas foi efetuada pela EDP uma vistoria à obra da "Zona de Fruição de Sejães", com vista a que esta liberte brevemente o montante de participação correspondente à fase de execução da obra. -----

No que concerne às pavimentações mencionadas, disse que os processos estavam em fase de entrar em plataforma, sendo que as pavimentações têm de ocorrer até outubro de 2019 (quando as obras forem entregues, o empreiteiro tem 30 dias para as executar). -----

De seguida, informou da taxa de execução das seguintes obras: "Construção do Parque Urbano" (20 a 30%, tendo explicado todo o procedimento na execução desta obra); "Zona de Fruição da Carriça"(20%); "Loja do Cidadão" (20%, tendo informado dos problemas inerentes a esta obra); "Requalificação do Jardim de Infância do Olheirão" (50%, tendo dito que se previa a sua conclusão durante este verão). O Município tem obras em execução a rondar os seis milhões de euros, sem ter tido ainda qualquer financiamento, o que tem consequências financeiras para o Município. -----

Por último, informou que as ilhas ecológicas implantadas são um complemento aos contentores existentes; trata-se de uma candidatura assumida do anterior Executivo, não tendo sido efetuada qualquer alteração; não foi colocado mais um módulo por não haver necessidade (a rede de contentores existente satisfaz as necessidades). -----

Relativamente à reposição das praias fluviais, o **Membro da Assembleia João Carlos Lages** referiu que não estava em causa a falta de honestidade, pretendendo-se que as obras estejam concluídas o mais rápido possível. -----

No que concerne ao concurso externo, disse que mantinha as dúvidas expostas e considerou que o processo deveria ser devidamente explicado. -----

O **Membro da Assembleia Jorge Soares** lembrou as questões colocadas e os assuntos acordados. Assim, questionou para quando estava prevista ser efetuada a transferência das verbas para as Juntas de Freguesia, considerando que se tal não foi cumprido devido a dificuldades financeiras, deveriam ser definidas prioridades, referindo o valor despendido no Festival Internacional de Humor "Riso com Siso", bem como, na aquisição de serviços de consultoria no âmbito dos recursos humanos para efetuar a avaliação dos colaboradores da Câmara.-----



AM 28-06-2019

No que se refere à comparticipação das obras, disse que “*não conhecia outra forma de o fazer, o Município executa e depois é ressarcido. Tem é que as executar*”. -----

Questionou se estavam a ser elaborados projetos e a razão de apenas o Município de Oliveira de Frades não ver vantagem em colocar o módulo destinado a RSU nas ilhas ecológicas, bem como, o motivo de estas terem sido apenas colocadas na sede do concelho. -----

O **Presidente da Câmara** reafirmou as suas competências, informando da candidatura aprovada relativa ao “*Centro de Recolha Oficial de Animais*”, no entanto, o concurso ficou deserto. Relativamente ao apoio às Juntas de Freguesia manifestou a intenção de reunir na próxima semana com os Presidentes de Junta. -

Foi mantido o plano para a colocação das ilhas ecológicas, não tendo sido instalado mais um módulo devido “*possivelmente pelo valor*”. -----

No que concerne ao valor gasto no Festival mencionado, informou que a atividade foi realizada nas Escolas, tendo o Município despendido menos na Comemoração do Dia Mundial da Criança. -----

A pedido do **Presidente da Câmara** foi chamada a **Coordenadora Técnica, Teresa Loureiro**, para prestar esclarecimentos sobre como se tinha realizado o processo de escolha e seleção dos candidatos no concurso externo para preenchimento de oito vagas para o Gabinete de Cultura e Ensino. -----

A **Coordenadora Técnica, Teresa Loureiro**, explicou os procedimentos concursais a termo resolutivo certo. Informou que existe um primeiro método de seleção (avaliação curricular) e um segundo que consiste na entrevista de avaliação de competências que é efetuada por técnicos especializados, com formação nessa área. Referiu os objetivos desta entrevista, a forma como é realizada e a sua valoração, que obedece a critérios definidos em Portaria (elevado corresponde a 20; bom a 16; suficiente a 12; reduzido a 8 e insuficiente a 4), daí as notas das entrevistas. -----

O Membro da Assembleia **João Lages** solicitou mais esclarecimentos sobre a avaliação curricular e os resultados das entrevistas, tendo a **Coordenadora Técnica, Teresa Loureiro**, informado do número de candidatos; do procedimento das entrevistas e referiu que a avaliação curricular depende dos documentos apresentados pelos candidatos. Mais referiu que há uma ata de critérios e de métodos de seleção que é elaborada pelo júri do procedimento concursal, estando todo o processo na posse do júri do concurso. -----

Foram, ainda, feitas diversas considerações pelos **Membros da Assembleia João Lages e Mário Pereira**, pela **Presidente da Mesa** e pela **Coordenadora Técnica, Teresa Loureiro**, quanto ao procedimento a adotar para esclarecimento das dúvidas apresentadas. -----

A **Presidente da Mesa** concluiu propondo que o júri fizesse chegar, ao Presidente da Assembleia Municipal e ao Membro da Assembleia João Lages, a documentação / informação necessária e que possa ser facultada à Assembleia Municipal, para análise na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

2- APECIAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL. -----



AM 28-06-2019

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório da Atividade Municipal, o qual tinha sido entregue, atempadamente, pelo que foi dispensada a sua leitura.-----

Seguiu-se uma pausa, de cerca de quinze minutos, acordada por todos os presentes, tendo os trabalhos sido retomados às onze horas e quarenta e cinco minutos.-----

3- INFORMAÇÃO N.º 80/2019 UFPUA: CORREÇÃO MATERIAL DA 2.ª ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL - ATUALIZAÇÃO DA CARTA DE PERIGOSIDADE - CONHECIMENTO.-----

Feitos os devidos esclarecimentos pelo **Presidente da Câmara**, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da deliberação do Órgão Executivo, tomada na sua reunião ordinária de 22.05.2019, em que, por unanimidade, deliberou concordar com a informação n.º 80/2019 UFPUA e, com base na mesma, tomou conhecimento da correção material da 2.ª Alteração por adaptação da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal - Atualização da carta de perigosidade.-----

4- PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO / OPÇÃO DE NÃO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS.-----

O Órgão Executivo, na sua reunião ordinária, realizada a 22.05.2019, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de não exercício das competências previstas no Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019 para os anos de 2019 e de 2020 e nos demais diplomas setoriais a continuidade do não exercício das competências a transferir para os Municípios para o ano de 2020. Mais deliberou, submeter este assunto à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

Feitos os devidos esclarecimentos pelo **Presidente da Câmara**, e não havendo inscrições para o debate deste assunto, a **Presidente da Mesa** colocou-o a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) votos a favor, aprovar a proposta de não exercício das competências previstas no Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019 para os anos de 2019 e de 2020 e nos demais diplomas setoriais a continuidade do não exercício das competências a transferir para os Municípios para o ano de 2020, designadamente:-----

- ✓ Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27/11/2018;-----
- ✓ Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27/11/2018;-----
- ✓ Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28/11/2018;-----
- ✓ Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11/2018;-----
- ✓ Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11/2018;-----
- ✓ Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29/11/2018;-----
- ✓ Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29/11/2018;-----
- ✓ Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11/2018;-----
- ✓ Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29/11/2018;-----
- ✓ Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01/2019;-----
- ✓ Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01/2019;-----
- ✓ Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01/2019;-----
- ✓ Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01/2019.-----



AM 28-06-2019

5- TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA:-----

- SAÚDE, NOS TERMOS PROPOSTOS NO DECRETO-LEI N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO, NOS TERMOS DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

- EDUCAÇÃO, NOS TERMOS PROPOSTOS NO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, NOS TERMOS DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

O Órgão Executivo, na sua reunião ordinária, realizada no dia 12.06.2019, com base nas deliberações do Conselho Intermunicipal da CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão-Lafões de 14.02.2019, deliberou, por unanimidade, aceitar a transferência da competência para a CIMVDL no domínio da saúde, nos termos da proposta de concretização de transferência de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais, tal como previsto no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, bem como, aceitar a transferência da competência para a CIMVDL no domínio da educação, nos termos da proposta de concretização de transferência de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais, tal como previsto no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Mais deliberou submeter este assunto à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

O Presidente da Câmara esclareceu que o Conselho Executivo da CIMVDL entende que deve aceitar esta transferência de competências porque já as desenvolve.-----

Não havendo inscrições para o debate deste assunto, a **Presidente da Mesa** colocou-o a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) votos a favor, aceitar a transferência da competência para a CIMVDL no domínio da saúde, nos termos da proposta de concretização de transferência de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais, tal como previsto no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, bem como, aceitar a transferência da competência para a CIMVDL no domínio da educação, nos termos da proposta de concretização de transferência de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais, tal como previsto no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.-----

6- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

Havendo a presença de público, a **Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Senhor Jorge Manuel Mamede Soares**, residente em Pinheiro de Lafões, Freguesia de Pinheiro e Presidente da Comissão Administrativa do GDOF – Grupo Desportivo de Oliveira de Frades que fez a seguinte intervenção: -----

*“Exmo. Senhor Presidente do Município, -----
Dirijo-me a si como Presidente do Grupo Desportivo de Oliveira de Frades, ao qual presidi nestes últimos 2 anos.-----*

É com enorme orgulho que vemos o trabalho que como COMISSÃO ADMINISTRATIVA conseguimos realizar. Foram dois anos que nos encheram o coração.-----

Foi clara a aposta que efetuámos em melhorar o que o GDOF já oferecia a toda a comunidade, em especial ao Jovens atletas do Concelho e podemos dizer sem receio, da Região de Lafões.-----

Se já o éramos, não existem dúvidas que reforçámos essa nossa posição de Liderança na Formação, são bem o exemplo disso a recente Certificação Obtida como Entidade Formadora pela Federação Portuguesa de Futebol, das melhores a nível do Distrito de



AM 28-06-2019

Viseu. Assim como a Formação dada a todos os nossos Jovens Treinadores, e ministrada nas nossas Instalações pela Associação de Futebol de Viseu, Treinadores de Futebol UEFA nível "C". -----

A Formação foi sem sombra de dúvida a área onde mais investimos, SIM INVESTIMOS, pois quando se aposta na formação, na saúde e no bem-estar dos nossos Jovens, será demasiado redutor falarmos em DESPESA. Podemos sem receio dizer que muito mais que duplicamos ou triplicamos o investimento feito em épocas anteriores, mas que é o que achámos que deveria ser feito.-----

Nesse percurso será sempre de valorizar todo o contributo que o Município sempre concedeu ao Grupo Desportivo, e que todos tenham a consciência, que sem esse apoio, jamais o GDOF conseguiria oferecer aos nossos Jovens esta qualidade que agora nos é reconhecida. -----

Não terá sido por acaso que esses mesmos Jovens nos deram uma enorme Alegria a fechar esta época desportiva com chave de Ouro, sagrando-se CAMPEÕES DISTRITAIS DE JUNIORES no sábado passado. Não que valorizemos em demasia os resultados, até podemos dizer o contrário nos escalões inferiores, onde isso é mais evidente, mas não conseguimos ficar indiferentes quando eles com o seu Esforço conseguem ser BEM-SUCEDIDOS. ESTÃO DE PARABÉNS.-----

No entanto o Grupo Desportivo não é só Desporto, pois por trás disso está muito trabalho de pessoas que se dedicam a ele, sacrificando a vida familiar e muito do seu tempo, muitas vezes após longos dias de trabalho, e sem retirar daí nenhum proveito a não ser uma grande satisfação pessoal de se sentirem úteis e prestáveis à boa Formação dos nossos Jovens. A eles quero agradecer pessoalmente todo o seu esforço e empenho demonstrados OBRIGADO. -----

Reforço o foco neste ponto que é a principal razão de ser do GDOF. As pessoas que fazem o GDOF: os seus técnicos, os seus diretores, os atletas, muita juventude do nosso Concelho. Existe também uma vertente financeira muito importante a gerir, e que em boa parte o Município colabora, mas também nesse aspeto conseguimos com muito esforço trazer um Clube com as contas praticamente zeradas, ou mesmo abaixo disso, para uma atualidade totalmente diferente, e felizmente sem ser necessário pedir qualquer ajuda extra ao Município a que Preside, um cêntimo a mais que fosse além do protocolado. -----

E aqui quero valorizar e MUITO, REPITO MUITO, todo o apoio que sentimos dos nossos Empresários e Comerciantes locais, que mesmo sem passarem por tempos muito fáceis após o incêndio de outubro de 2017 nunca nos viraram a cara, e acreditaram no nosso Projeto para os nossos Jovens. Não tivemos um único caso de um que nos dissesse perentoriamente que não, e não arranjasse uma forma de conosco colaborar, pois o Apoio não é só financeiro, dá-se sem esperar nada em troca das mais variadas formas. Temos consciência que muitas portas ainda ficaram por bater... o tempo é curto. -----

Mas como em tudo, existe um Fim. E o nosso como Comissão Administrativa chegou ao seu epílogo com o final desta época Desportiva.-----

Procurámos das mais diversas formas arranjar uma solução, ou Sucessão para a Direção do Grupo Desportivo. Foram realizadas desde fevereiro, quatro Assembleias Gerais nesse sentido, tal como aliás duas reuniões neste mesmo edifício com o Senhor Presidente, mas que se mostraram infrutíferas até este momento. -----

Achamos que a questão da alteração dos transportes dos nossos atletas até aqui efetuada pelo Município, e que o atual executivo liderado pelo Senhor Presidente alterou, e nos obrigou a ter que recorrer a empresas particulares, ou nalguns casos às nossas viaturas, está a dificultar essa tarefa. E mais uma vez achamos que não é com dinheiro que se resolvem todos os problemas. -----



AM 28-06-2019

O Clube tem compromissos prementes, entre eles a organização de um Torneio que se realiza já vai no trigésimo oitavo ano seguido, e a nova época está à porta não se coadunando com mais demoras nesta sucessão.-----

Não foi por acaso que lhe pedimos Senhor Presidente resposta por escrito a três pontos que achamos essenciais ao aparecimento de uma direção que nos suceda, e por isso muito gostaríamos de ouvir de si face à ausência de resposta em tempo útil, e perante esta Assembleia e toda a restante COMUNIDADE que nos ouve, o que pretende fazer relativamente a estes, e passo a enunciar:-----

1. Qual a solução que pretende manter relativamente aos transportes dos atletas do GDOF, vai manter a atual posição de intransigência, e, repito, não estamos a falar de dinheiro, ou vai revertê-la à situação anterior?-----

2. O apoio financeiro através de um contrato programa protocolado entre as partes vai se manter dentro dos valores dos últimos anos? (e quero neste caso salvaguardar necessidade de poder ter que existir um pequeno ajuste face à subida do Juniores ao Nacional, e conseqüente aumento exponencial de custos de transporte e Alimentação).---

3. E por fim, o apoio até agora concedido na logística e organização com a colaboração dos funcionários do Município no Parque Desportivo será para manter, ou pondera também a redução do mesmo, nomeadamente no corte de alguns desses funcionários? (relembro também neste ponto o pedido até agora não atendido de um maior ajuste do horário dos mesmos na altura da presença dos nossos atletas).-----

O Grupo Desportivo de Oliveira de Frades vai fazer no próximo fevereiro 75 anos de existência, tem uma dimensão no nosso Concelho, que não podemos ficar indiferentes e que é demasiado importante para não tentar todas as formas para evitar a sua interrupção. Estamos a falar de mais de duas centenas de atletas e famílias que quase diariamente utilizam o GDOF para a sua prática desportiva e de cerca de 50 pessoas no apoio a esses mesmos Jovens Atletas.-----

Como Presidente cessante, e face à minha ausência nos próximos dias, assim como do nosso atual Presidente da Assembleia que se prevê prolongada, por motivos de saúde, resta-me uma única solução, que é deixar a si simbolicamente as chaves do GDOF, na esperança que consiga dar resposta a todas estas questões e resolver esta sucessão.-----

Quero acrescentar, que com este ato não estou a virar as costas a este Clube, mas sim a tentar tudo para que se resolva este impasse.-----

Continuarei a dar o meu apoio quando dele necessitarem, não é, é nas funções até aqui desempenhadas".-----

De seguida, dirigiu-se ao Presidente da Câmara e entregou-lhe a chave do GDOF.-----

De seguida, a **Presidente da Mesa**, deu a palavra ao **Senhor José Manuel Batista**, residente em Oliveira de Frades, União de Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães, que começou por mencionar que todas as associações merecem o carinho do Executivo, mas considera que se deve ter em atenção algumas associações deste Concelho pela ação desportiva e social que desenvolvem, bem como, porque ao longo dos anos tiveram a influência e a importância para os nossos jovens, desviando muitos deles da rua e de adquirirem maus hábitos e vícios. Deu os parabéns à Comissão que cessou funções pelo trabalho exemplar que realizaram e realçou o trabalho efetuado por todos os colaboradores do GDOF, que o fazem de forma gratuita. Com a subida dos juniores urge resolver o impasse existente na sucessão para a direção do GDOF, considerando que o problema fulcral existente está relacionado com os



AM 28-06-2019

transportes, sendo que o Município sempre deu este apoio desde os tempos em que o Presidente era o Senhor Manuel de Almeida até ao Dr. Luís Vasconcelos. Especificou as dificuldades existentes, referindo o trabalho desenvolvido gratuitamente por mais de trinta pessoas no GDOF. Manifestou o seu desejo que o Presidente da Câmara resolva a situação. -----

Por último, lamentou que por cinquenta mil euros, não tenha sido colocado mais um reservatório destinado à recolha de RSU em cada uma das 11 ilhas ecológicas instaladas, tendo o Município perdido a oportunidade de ficar com RSU subterrâneos.-----

O **Presidente da Câmara** referiu que, por iniciativa de particulares há associações das mais diversas áreas no Concelho. Congratulou-se com o crescimento do GDOF, lembrando que conhece bem o trabalho desenvolvido por esta Associação, bem como, realçou a dedicação e o trabalho efetivado por diversas pessoas que passaram em diferentes épocas pelo GDOF. -----

Confirmou a realização da reunião a pedido do Presidente da Comissão Administrativa. -----

No que concerne aos transportes disse ter havido uma negociação não fechada com a instituição, tendo o Município para além do apoio anual no valor de sessenta mil euros, houve o reforço de vinte mil euros. Para além deste apoio financeiro, o Município tem colaborado com a disponibilização de funcionários para além das suas funções "*os motoristas também têm família*". O Município cumpriu com o protocolado, efetuando o pagamento das tranches conforme acordado. -----

Felicitou a equipa júnior do GDOF pela conquista do Campeonato Distrital, mencionando que, em breve, o Município a pretendia homenagear. -----

Referiu que o Município colabora com as Associações do Concelho, como sempre o fez, procurando ser equitativo com todas. -----

Conforme solicitado responderá por escrito, no entanto referiu que "*a solução dos transportes é algo transversal. Ajustar o valor daqui até pelas deslocações pode ter alguma situação. Quanto ao apoio financeiro poderá estar associado ao primeiro pelo transporte das deslocações da equipa júnior. A solução de trazer o transporte é mais abrangente do que reduzi-lo à instituição que V. Exa. presidiu tão bem. A logística do parque desportivo é a única pergunta que afirmo neste momento que é de manter os colaboradores conforme tem sido feito*". -----

Todos os pontos foram aprovados em minuta, para produção de efeitos imediatos, tendo a Minuta sido lida e aprovada, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) votos a favor.-----

A **Presidente a Mesa** agradeceu a todos a presença e a forma pacífica como decorreram os trabalhos. Disse ter sido um grande orgulho ter presidido à sessão de este Órgão Deliberativo, principalmente por ter sido a primeira mulher a presidir a uma sessão da Assembleia Municipal de Oliveira de Frades. -----



AM 28-06-2019

E, nada mais havendo a tratar, foi esta sessão encerrada, pela Presidente da Mesa, eram doze horas e quarenta e cinco minutos. -----

Dela se lavrou a presente ata que irá ser lida, discutida, votada e assinada pelos membros da Mesa. -----

A Presidente da Mesa, _____
(Sónia Filipa Araújo Nogueira)

A Secretária, _____
(Teresa Margarida de Sousa Fernandes)

O Secretário, _____
(António Bernardino Tavares Lopes Nunes)